

Divulgação Científica e Arqueologia Pública: aproximações e contribuições para o Ensino de Ciências em Espaços Não Formais

Scientific Dissemination and Public Archeology: approximations and contributions to the non-formal science education

Itamar Soares Oliveira

Colegiado de Ciências da Natureza, Universidade Federal do Vale do São Francisco
itamar.oliveira@univasf.edu.br

Martha Marandino

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo
marmaran@usp.br

Resumo

Apresentamos um texto reflexivo que aborda o processo de musealização da Arqueologia e sua relação com a educação em Espaços Não Formais, trazendo notas sobre a Divulgação Científica, suas articulações e aproximações com a Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial, considerando as contribuições que a interface oferece para a pesquisa. O panorama assinala questões complexas e pouco exploradas, assim como a necessidade de ações educativas alinhadas às tendências da Educação Científica compromissada com a construção da cidadania.

Palavras chave: divulgação científica, arqueologia pública, espaços não formais, educação patrimonial, ensino de ciências

Abstract

A reflective essay is presented that addresses the process of musealization of Archeology and its relationship with education in Non-Formal Spaces, bringing notes on Scientific Dissemination, its articulations and approaches to Public Archeology and Heritage Education, considering the contributions that the interface offers for research. The panorama highlights complex and little explored issues, as well as the need for educational actions in line with the trends in Scientific Education committed to building citizenship.

Key words: scientific dissemination, public archeology, no-formal science education, heritage education

Introdução

A Educação Científica tem se estabelecido como campo de conhecimento e apresenta, tanto na pesquisa quanto no ensino, um conjunto de tendências que caracteriza a área: questões relacionadas à aprendizagem conceitual, o papel da experimentação, articulação entre a pesquisa e o ensino, a importância da divulgação científica e dos espaços não formais de educação e as implicações desses tópicos para a formação de professores (MARANDINO *et al.*, 2003), entre outras temáticas e linhas investigativas.

Dentre tantas bifurcações contidas no universo da educação científica, direcionamos nosso olhar para o objeto que compreende a relação entre a Divulgação Científica e a educação em Espaços Não Formais. Assim, apresentamos um quadro teórico reflexivo a partir de pressupostos intrínsecos aos tópicos em Divulgação Científica, suas articulações e aproximações com o campo da Arqueologia Pública, dando relevo às contribuições que o flerte oferece para a fundamentação de ações educativas e investigativas no Ensino de Ciências.

Notas sobre os Espaços Não Formais e a Divulgação Científica

Em 2016 ocorreu a fusão do Ministério das Comunicações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Atualmente os dois ministérios seguem desvinculados, não obstante, o MCTI continua a sofrer cortes de verbas. O incêndio do Museu Nacional, em 2018, foi uma tragédia coincidente com as comemorações de 200 anos de sua fundação. No contexto das discussões sobre a recuperação do museu, calhava a proposição de substituir o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) pela Agência Brasileira de Museus (Abram). A proposta, que tendia a atender mais os interesses privados do que as demandas do setor público, não foi consolidada. Agora o então presidente da República quer transformar o Museu Nacional em palácio imperial. Enquanto isso, os investimentos destinados à ciência e educação decrescem, quando a ausência de projetos, editais e fomentos é crescente.

A comunidade científica e as instituições educativas têm, ultimamente, sofrido ataques ultrajantes, agravados pelos movimentos negacionistas, antivacina, anticiência e pela propagação de *fake news*. Os arroubos comprometem o trabalho, a pesquisa e a educação em diferentes modalidades. Ponderando a atual situação dos espaços educativos, Marandino (2017), oportunamente, nos apresenta um questionamento: *faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal?*

A interpelação acerca dos diferentes espaços educativos diz respeito à discussão epistemológica, enquanto campo do conhecimento. Também faz referência à dimensão política, no tocante ao financiamento e outras políticas públicas para o setor, considerando suas inferências nos contextos sociais. Ademais da importância das dimensões, da compreensão e diferenciação dos termos, as relações educativas entre os diferentes espaços (formal, não formal e informal) devem ser vistas como um *continuum* (ROGERS, 2004).

As múltiplas ações educativas realizadas nos museus, jardins botânicos, parques, zoológicos, centros de ciências, e outros espaços culturais, configuram um repertório de possibilidades investigativas. As pesquisas são pertinentes para as próprias instituições promotoras das ações educativas, despertando também o interesse de outras instituições, atraídas pelos desdobramentos da relação com o público e para a educação formal.

Nos referidos espaços, o conjunto das ações científicas educativas apresenta diferentes nomenclaturas, tais como difusão, disseminação, vulgarização, popularização, jornalismo

científico, comunicação científica (MASSARANI *et al.*, 2002; GERMANO; KULESZA, 2007; KEMPER; ZIMMERMANN, 2010). Gándara Vázquez (2018) salienta que o termo *divulgação* é mais adequado para se referir ao público em geral, já que não centra nos especialistas; enquanto o termo *difusão* é direcionado aos pares, pois o receptor conhece a terminologia especializada e está familiarizado com o contexto. Souza (2009) diferencia *comunicação científica* de *divulgação científica*, sendo que o primeiro conceito tem como interlocutores os próprios pares cientistas, o segundo volta-se para a circulação da informação científica e tecnológica para o público em geral.

A despeito dos obstáculos, a divulgação científica tem se ampliado por meio de vetores especializados, como revistas, jornais, plataformas e mídias digitais; ainda por meio do surgimento de novos museus e centros de ciências. À vista disso, emerge a necessidade de reflexão sobre os modos de divulgação, as estratégias utilizadas, as relações com o público, sua função social e seu papel enquanto instrumento pedagógico (MARANDINO *et al.*, 2003).

Nos museus, além das ações extramuros, a exposição em si é considerada central na divulgação científica, peculiarmente pela ênfase dada ao objeto musealizado (SOUZA, 2009). Nos processos de musealização arqueológica e nos projetos de educação patrimonial, o objeto musealizado, compreendido como patrimônio material, é o cerne de considerações teóricas e ações investigativas. A divulgação científica desenvolvida a partir do objeto arqueológico musealizado, mediante atividades de educação patrimonial, é conhecida como Arqueologia Pública.

Notas sobre a Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial

Antes de se constituir como área autônoma no Brasil, o objeto da arqueologia era compreendido pelos museus de História Natural. O Museu Nacional, criado em 1818, pioneiro na área de ações educacionais, tornou-se a primeira instituição do país a encarregar-se de questões arqueológicas ao adquirir uma coleção de material lítico, por volta de 1927 (CARNEIRO, 2009). Em 1871, foi criado o Museu Paraense Emílio Goeldi, desenvolvendo projetos educativos desde a década de 1980. Inaugurado em 1895, o Museu Paulista criou o departamento de etnologia, empreendendo pesquisas de viés arqueológico, por volta de 1946. O departamento era dirigido por Herbert Baldus, considerado como um dos fundadores da Antropologia no Brasil, área sob a qual a Arqueologia estava ligada inicialmente.

Os museus citados mantiveram coleções arqueológicas como parte do universo científico da História Natural até o início da década de 1930. Somente na década de 1970 é que se teve mais elementos para a especialização da Arqueologia, entretanto o contexto político do regime militar não permitiu maiores avanços.

Posteriormente a musealização arqueológica foi amparado pelos contextos universitários e a Arqueologia Pública começa a tomar formas durante a redemocratização, aliado ao engajamento social das universidades públicas. Atualmente, a musealização do patrimônio arqueológico tem assumido escopo mais definido, “refletindo o compromisso social da arqueologia no que tange à sua preservação e aspectos relacionados ao desenvolvimento local dos grupos que convivem com essas referências patrimoniais” (CARNEIRO, 2014, p. 142/143).

A Portaria nº 230/2002 publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculou o licenciamento ambiental aos estudos preventivos de arqueologia, para empreendimentos que podem afetar o patrimônio arqueológico, implicando em programas de educação patrimonial e até a construção de unidades museológicas. A Arqueologia de

Contrato ou Arqueologia Preventiva contempla a avaliação arqueológica da área e a salvaguarda do patrimônio, enquanto a Arqueologia Pública ocupa-se da implementação de ações educativas.

Para Braga e Silva (2014), a ação da Arqueologia Pública deve ser dialógica, compreendendo a interdisciplinaridade e contribuições de campos distintos (Biologia, Ecologia, Engenharia Ambiental, Antropologia, História e Arquitetura), contemplando também os saberes e vivências das comunidades locais e povos tradicionais. Por meio do estudo da cultura material a Arqueologia, enquanto ciência social, mantém constante diálogo com outras ciências: Geologia, Paleontologia, Paleoecologia, Biologia, História, Geografia, Sociologia (VIDAL, 2018).

A Educação Patrimonial atua tanto no ensino formal quanto no informal, considerada como instrumento de alfabetização cultural (GRUNBERG, 2008; SANTOS *et al.*, 2017) e assertivamente acrescentamos os espaços não formais, a exemplo de museus e unidades de conservação, que também figuram como cenários desses procedimentos, cuja metodologia pode ser aplicada a evidências materiais, manifestações culturais, um sítio arqueológico, ao estudo de uma paisagem natural, parque ou área de proteção ambiental (VIDAL, 2018). Oportunamente, Menezes e colaboradores (2014) enfatizam a importância de questionar o papel dos museus, dos patrimônios e das ações dos educadores em sua atuação como intermediários entre os diferentes espaços e diferentes públicos.

Anterior à publicação da portaria nº 230 (IPHAN, 2002), ações educativas ocorriam de modo pontual. Com a obrigatoriedade da divulgação científica da pesquisa arqueológica surgiram alguns problemas, como a desconexão entre Museus, Museologia, Ações Educativas e Arqueologia, pondo em suspeição a efetividade dos programas (MORAES WICHES, 2014). Aqui cabe a investigação acerca do planejamento, conteúdo e didática dessas ações educativas; se de fato contribuem para o alcance dos objetivos a que se propõem ou apenas cumprem determinação legal. Qual será o *modus operandi* da Arqueologia Pública?

Para Menezes e colaboradores (2014), a Arqueologia Pública trabalha de forma transversal com o campo da Divulgação Científica, correspondendo a ações que privilegiam a cadeia operatória museológica, objetivando divulgar a pesquisa e sensibilizar a comunidade (MORAES WICHES, 2014). Deve ser compreendida como ato político (AMARANTE, 2016) cujos instrumentos e estratégias corroborem para a sustentabilidade socioambiental diante do contexto capitalista, pois, também diz respeito ao trânsito das relações entre natureza e sociedade ao longo dos tempos (FUNARI; ROBRAHN-GONZALEZ, 2008).

Oliveira; Borges (2015), ajuízam que a Arqueologia Pública tem contribuído para se pensar em uma pesquisa arqueológica que considera diferentes tipos de conhecimento (o científico e o conhecimento das comunidades tradicionais) para gestão e manejo do patrimônio arqueológico, sem hierarquizá-los. Mesmo em associação com as demandas mercadológicas, importa que a Arqueologia Pública não seja mera formalidade burocrática, pelo oposto, que contribua para a cidadania, para a compreensão do público enquanto ser histórico e para o fortalecimento da construção do conhecimento científico nos Espaços Não Formais.

Lugar e ação da Educação Patrimonial e da Arqueologia Pública

Sumariamos algumas experiências na área da Arqueologia Pública sob o viés da Divulgação Científica, destacando relações com instituições que atuam como Espaços Não Formais de educação. O Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP desenvolve atividades educativas, a partir do seu acervo e de pesquisas realizadas nas áreas de Arqueologia,

Etnologia e Museologia. O trabalho “Arqueologia e educação patrimonial: a experiência do MAE-USP” (VASCONCELOS, 2019) exemplifica o exposto.

Santos e colaboradores (2017) descrevem a realização de uma exposição arqueológica e de oficinas temáticas sobre cerâmica arqueológica, arte rupestre e escavação arqueológica. Contemplando conteúdos da biologia, química, física e geologia, ocorrerem explicações sobre os materiais e técnicas utilizadas no contexto pré-histórico e a obtenção de diferentes tipos de matérias-primas, instrumentos líticos e pincéis elaborados a partir de fibra vegetal e filamento animal.

A perspectiva da Arqueologia Pública foi aplicada no Projeto de Salvamento Arqueológico do Sítio Topo do Guararema, localizado no Vale do Paraíba, em São Paulo. Mediante o planejamento e elaboração das ações educativas “no âmbito Não-Formal, verifica-se igualmente a necessidade de uma avaliação abrangente e integrada dos aspectos condicionadores da pesquisa científica e dos elementos que irão auxiliar a demarcação da forma e abrangência dessas ações” (FERNANDES; BROCHIER, 2012, p.35).

O complexo formado pelo Parque Nacional da Serra da Capivara, Museu do Homem Americano e o Museu da Natureza, localizado no sudeste do Piauí, mostra-se como cenário potencial para a investigação contextualizada de temas e conteúdo do ensino de ciências. Lage (1997) descreve a aplicação das ciências naturais ao estudo arqueológico da arte rupestre no sudeste do Piauí com o intento de conhecer os pigmentos, composição química e mineralógica, através de análises físico-químicas, obtendo dados sobre a técnica de execução dos grafismos.

Outro trabalho desenvolvido no contexto do Parque Nacional da Serra da Capivara é apresentado por Rodrigues (2017) quando da implantação de um programa de preservação patrimonial por intermédio da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Ainda no mesmo conjunto podemos citar “Conexões entre arqueologia pública e museologia social: o centro museológico de experimentação comunitária do território quilombola de Lagoas, PI” desenvolvido por Mageste e colaboradores (2018), docentes e estudantes do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Considerações Finais

Propusemos uma reflexão teórica e a exposição de trabalhos concebidos na interface entre a Divulgação Científica, Arqueologia Pública e Educação Patrimonial, ambientados em Espaços Não Formais, salientando as contribuições que tal arranjo proporciona para pesquisas no âmbito do Ensino de Ciências.

A intenção é dar visibilidade às possibilidades de intervenções investigativas e ações educativas nos Espaços Não Formais. Ao se problematizar o processo de musealização e suas relações com o entorno, a ação “assume papel mais definido e amplia os vetores de articulação entre a pesquisa e a sociedade, no que diz respeito às interfaces entre preservação e desenvolvimento local” (BRUNO, 2005, p. 235).

O panorama aqui apresentado aponta questões complexas, porém pouco exploradas. Importa ainda ressaltar a necessidade de as ações educativas serem desenhadas no bojo de propostas pedagógicas bem definidas didaticamente, no rol da pauta progressista, visto que entrar em campo apenas para cumprir tabela não contribui para o importante jogo do compromisso com a educação, a democracia e a cidadania.

Referências

AMARANTE, C. E. Educação Patrimonial para Arqueólogos: Repensando Práticas e Criando Novos Caminhos. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 10, n. 3[17], p. 22–36, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8640957>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRAGA, O. E.; SILVA, L. S. Em defesa da educação patrimonial e da pesquisa participativa na análise de impacto dos processos de licenciamento ambiental no Brasil: a construção do patrimônio cultural local em situações de encontro e conflito. In: TOLENTINO, A. B.; BRAGA, E. O; MORAES, C. G; NETO, M. S. O. (Orgs.) **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Superintendência do IPHAN na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. João Pessoa: IPHAN, 2014.

BRUNO, M. C. O. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 235-247, 2005.

CARNEIRO, C. G. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. 2009. 321f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, C. G. Socialização do conhecimento arqueológico: Uma perspectiva interdisciplinar. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 141–156, 2014. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/386>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FERNANDES, T. C.; BROCHIER, L. L. A educação patrimonial na avaliação de impacto ambiental: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de arqueologia pública. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 32–43, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635749>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FUNARI, P. P. A.; ROBRAHN-GONZALEZ, E. M. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **História**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200002>. Acesso em 15.abr. 2021.

GANDARA, M. V. A divulgação significativa como estratégia de comunicação educativa. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, p. 662–679, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8651720>. Acesso em: 3 jan. 2021.

GERMANO, M. G; KULESZA, W. Popularização da Ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v. 24, n. 01, p. 7-25, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/1546>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GRUNBERG, E. Educação Patrimonial: trajetórias. In: BARRETO, E. A.; ZARATIM, J. R.; FREIRE, L. R.; BEZERRA, M.; CAIXETA, M. J. C.; OSVUALDO, V. L. A. (Orgs.). **Curso de Patrimônio Cultural & Educação: artigos e resultados**. Goiania: UFG, 2008, p. 37-41.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria IPHAN nº230/2002**. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Brasília: IPHAN, 2002. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

KEMPER, A.; ZIMMERMANN, E. Textos populares de divulgação científica como ferramenta didático-pedagógica: o caso da evolução biológica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 10, n. 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4086>. Acesso em: 16 jun. 2020.

LAGE, M. C. S. M. Análise química de pigmentos de arte rupestre do Sudoeste do Piauí. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento, [S. l.], n. supl.2, p. 89-101, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113443>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MAGESTE, L. E. C.; ASSIS, N. P. D.; VIEIRA, B. V. F.; OLIVEIRA, J. P. F.; MENDES, P. M. Conexões entre arqueologia pública e museologia social: o centro museológico de experimentação comunitária do território quilombola de lagoas, PI. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 12, n. 2[21], p. 161–180, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8652727>. Acesso em: 7 fev. 2021.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017. Editorial. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030001>. Acesso em 27 out. 2019.

MARANDINO, M.; SIVEIRA, R. V. M.; CHELINI, M. J.; FERNANDES, A. B.; RACHID, V.; MARTINS, L. C.; LOURENÇO, M. F.; FERNANDES, J. A.; FLORENTINO, H. A. A educação não formal e a divulgação científica: o que pensa quem faz? *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, IV, Bauru. **Anais [...]**. Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de Ciências, 2003. Comunicação oral 009. Disponível em: <http://abrapecnet.org.br/enpec/iv-enpec/orais/ORAL009.pdf>. Acesso em 13 set. 2020.

MASSARANI, L., MOREIRA, I. de C. e BRITO, F. (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia a UFRJ. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

MENEZES, V. H.; BIAZOTTO, T. A.; MORAIS, G. S.; POMPEU, P.; MONTEIRO, A. L. M.; CARVALHO, A. V. Construções de Diálogos e Compartilhamento do Conhecimento – Algumas Reflexões acerca da Divulgação Científica, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. **Cadernos do LEPAARQ**. v. XI, n. 21. p. 124-137, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/3139/2943>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MORAES WICHES, C. A. Museus, Ações educativas e Prática Arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experimentações. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**. v. 03, n. 06, p. 119-134, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16732>. Acesso em: 28 jun. 2020.

OLIVEIRA, J. S.; BORGES, J. S. Sociedade, arqueologia e patrimônio: as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). **História Unicap**. v. 2, n. 3, p. 108-121, 2015. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/579/504>. Acesso em: 25 mai. 2019.

RODRIGUES, M. H. S. G. Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade local: educação, valorização, fruição social e perspectivas futuras – o caso do município de Coronel José Dias, PI. *In*: CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M. H. S. G.; FUNARI, P. P. A. (Orgs.). **A**

multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito.

Criciúma, SC: UNESCO, 2017. Cap. 3. 97-122.

ROGERS, A. Looking again at non-formal and informal education: towards a new paradigm. In: ROGERS, A. **Non-formal education: flexible schooling or participatory education?** Hong Kong: The University of Hong Kong, 2004. Disponível em: <http://www.infed.org/biblio/non_formal_paradigm.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

SANTOS, J.; MOSER, D.; OSTETTO, L. C.; SANTOS, M. C. P.; CAMPOS, JULIANO BITENCOURT. Divulgação científica e educação patrimonial em arqueologia: a experiência do I Workshop de Arqueologia da UNESCO. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 43–65, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649867>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SOUZA, D. M. V. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexões acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 14, n. 2, p. 155-168, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000200011>. Acesso em: 1 mar. 2021.

VASCONCELLOS, C. M. Arqueologia e educação patrimonial: a experiência do MAE-USP. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 255-279, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158564>. Acesso em: 2 mai. 2021.

VIDAL, V. P. Arqueologia experimental guarani na formação de professores(as) em ciências humanas: uma experiência na cidade missioneira de São Borja. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 12, n. 1[20], p. 14–29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8652657>. Acesso em: 2 mai. 2021.